

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.uff.br/econ>

esc@vm.uff.br

Proposta de Mudanças na Estrutura do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores

Fernanda Ribeiro Amorim
Lucilene Morandi

TD 246
Out/2008

© Fernanda Ribeiro Amorim é graduada pela Faculdade de Economia da UFF. Este texto é seu trabalho de final de curso, orientado pela professora Lucilene Morandi (professora da Faculdade de Economia da UFF) e que ganhou a Menção Honrosa do Prêmio de Monografias 2008 do CORECON-RJ.

Resumo

Este trabalho busca motivar a discussão sobre a construção de um novo índice que avalia o comportamento de preços dos principais insumos agrícolas de trinta e duas culturas diferentes e mais importantes, produzidas nacionalmente. O Índice de Preços Pagos pelos Produtores Agrícolas – IPP como é calculado atualmente pela Fundação Getúlio Vargas, somente considera os insumos de produção para culturas pertencentes ao Programa de Governo PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos. Uma nova maneira de disponibilizar as informações, além de uma atualização da base de dados, utilizando o último Censo Agropecuário (IBGE), possibilitará a ampliação do mercado consumidor do IPP. Carente de dados específicos sobre o setor agropecuário, o produtor agrícola obterá informações indispensáveis para fazer previsões e análises de seus dispêndios.

Palavras chaves: índices, insumos, agricultura, despesas, produtor agrícola.

Introdução

A temática abordada nesta monografia surgiu devido ao meu contato com a rotina de cálculo de índices relacionados ao setor agropecuário realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, uma instituição conhecida nacionalmente pela alta qualidade de suas pesquisas e indicadores relacionados à economia brasileira. Por estar presente em um momento em que índices da casa passam por reestruturações necessárias fui incentivada a através deste trabalho, sugerir alterações em alguns pontos no cálculo e na estrutura do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores – IPP. O IPP, como será explicado mais profundamente na seção 2, é um índice que mede a evolução de preços de alguns grupos de insumos, como sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, mão de obra, serviços autônomos e combustíveis, utilizados pelos agricultores. Além dos grupos, o índice também é agregado por Estados, Região e País.

Dentro do que se denomina família de índices agrícolas a FGV, mais precisamente o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, além do IPP, também calcula o Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores – IPR, coletando preços médios de produtos agropecuários recebidos pelos agricultores, na porteira da fazenda. Para completar a série de preços agrícolas, são feitos acompanhamentos semestrais de preços de Arrendamento e Vendas de Terras, de valores de remuneração de trabalhadores rurais e preços de tarefas de aração e empreitadas de transportes, também de abrangência nacional e de grande importância econômica. As séries de preços e de índices das três pesquisas mencionadas são extensas e datam, em alguns casos, da década de sessenta, mais precisamente, 1966.

1 – Índices

1.1) Definição

Segundo Hoffmann (1980, p.309), números índices “são proporções estatísticas, geralmente expressas em porcentagem, idealizadas para comparar as situações de um conjunto de variáveis em épocas ou localidades diversas.”.

1.2) Alguns Tipos de Índices

Os números-índices, ou simplesmente índices, podem ser divididos em agregados simples e ponderados. Ambos, podem ser mensurados de três maneiras distintas:

1. Preço;
2. Quantidade;
3. Valor.

Um índice de preços, como o próprio nome já indica, significa que os preços definem o comportamento do índice. Se os preços aumentam, o índice também apresentará acréscimo, se caem os preços, o índice também irá acompanhá-los e se os preços se mantêm, o índice permanecerá inalterado em relação ao passado. O mesmo tipo de comportamento poderá ser observado nos índices de quantidade, que analogamente como acontece nos índices de preços, o índice varia conforme as quantidades variam. O índice de valor seria o produto dos índices de preço e o de quantidade.

De acordo com o Quadro 1, as fórmulas de índices agregativos simples são:

Quadro 1: Fórmulas de índice Agregativo Simples

Preço	$P = \left(\frac{P_n}{P_0} \right) x 100$
Quantidade	$Q = \left(\frac{Q_n}{Q_0} \right) x 100$
Valor	$V = \left(\frac{P_n * Q_n}{P_0 * Q_0} \right) x 100$

Fonte: ANTONIK (2005, p. 10)

Sendo que:

$P \rightarrow$ índice de preços

$P_n \rightarrow$ preços no período n, $n > 0$

P_0 → preços no período inicial

Q → índice de quantidades

Q_n → quantidade no período n , $n > 0$

Q_0 → quantidade no período inicial

V → índice de valor

Os índices compostos expressam variações de preço, quantidade e valor de um conjunto de produtos e, por isso, é necessário que se determinem as ponderações para destacar a importância relativa entre os produtos. Por exemplo, como será visto na seção 2, para se calcular as ponderações do IPR - índice de Preços Recebidos pelos Agricultores utilizou-se o valor da produção de cada uma das culturas analisadas, somou e depois foram calculadas as respectivas proporções.

Para se chegar às ponderações, o valor total de todos os produtos considerados na cesta deve somar 100% e assim, individualmente, se calcula as devidas proporções. A base de ponderação pode ser fixa ou móvel. Será fixa se toda a série for comparada com determinado período e, móvel, se a base sempre for o período anterior do que está sendo calculado.

Diversas fórmulas são empregadas para se calcular um índice composto, dependendo do que se quer avaliar ou dos dados que se fazem presentes. Os mais comuns utilizados são os índices de Laspeyres e Paasche. Em economia, o mais usado é o índice de preços de Laspeyres. Os índices de quantidade e preço de Laspeyres são considerados índices de base fixa enquanto os de Paasche são de base móvel. Cada vez que se calcula um novo índice, no caso de Paasche, deve-se determinar uma nova estrutura de ponderação.

Sendo I_p , índice de preços, o Quadro 2 mostra as fórmulas para os índices de preços de Laspeyres e Paasche.

1.3) Função do Índice de Preços de Laspeyres na Economia

A utilização dos índices de preços possui uma longa história que Boursin, um professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris descreve em seu livro. Dentre vários

exemplos, convém citar que foi a partir de 1863, na Inglaterra, que aumentou o interesse nesta técnica que permite acompanhar as variações do desempenho global ou setorial de uma economia. (BOURSIN¹ apud MONTEIRO, 1994, p.4).

Quadro 2 - Índices de Preços Compostos Laspeyeres e Paasche

Laspeyeres	$Ip = \frac{\sum_{i=0}^n P_n * Q_0}{\sum_{i=0}^n P_0 * Q_0} \times 100$
Paasche	$Ip = \frac{\sum_{i=0}^n P_n * Q_n}{\sum_{i=0}^n P_0 * Q_n} \times 100$

Fonte: Antonik (2005, p.11)

Para se fazer um índice é necessário que se crie uma base de referência, da qual o primeiro mês ou ano da série deve ser 100. A partir de então é possível determinar a variação mensal ou anual, respectivamente e até a acumulada. Por exemplo, o Quadro 3 mostra a evolução de um índice de preços Laspeyres.

Dado que janeiro é a base de referência, o mês de fevereiro apresentou um aumento de 1,4% em relação ao mês anterior. Este resultado foi obtido dividindo-se 101,4 (índice fevereiro) por 100 (índice janeiro). Março teve uma taxa de aumento de 2,5% em relação a fevereiro.

Se fosse necessário saber qual a taxa de variação acumulada, ou seja, quanto de aumento ou decréscimo pode ser verificado desde o início da série, deve-se dividir índice de março pelo de janeiro, obtendo uma taxa de variação acumulada igual a 3,94% (103,94/100). É mais interessante apresentar um valor percentual de 3,94%, que representa a taxa de variação acumulada do período analisado do que apresentar um número-índice no valor de 103,94, pois, é mais fácil compreender o comportamento dos preços sem ter conhecimento específico de índice.

¹ BOURSIN, Jean-Louis. Les Indices de prix. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

Na verdade, as variações dos índices são os reais instrumentos de importância econômica e são elas que ajudam economistas a tomar decisões e fazer as avaliações necessárias. Os números-índices são apenas um meio para se chegar a essas variações.

2 – O Índice de Preços Pagos pelos Agricultores

2.1) A utilização do IPP

2.1.1) Participação do IPP no PGPM

O IPP foi criado a pedido da Companhia de Financiamento de Produção - CFP, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura e responsável pelo direcionamento da política agrícola do Governo Sarney. A partir do Decreto-lei nº. 2284/86, os preços de produtos agrícolas pertencentes à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM deveriam ser reajustados anualmente em 80% da variação do IPP e se o mesmo apresentasse variação que atingisse 20%, o gatilho deveria ser aplicado.

O PGPM foi criado em 1943, durante o Governo de Vargas. Inúmeras modificações foram realizadas e até hoje se faz presente na política agrícola do governo Lula. Foi criado para servir como um meio de diminuir os riscos de variações de preços da agricultura além de um instrumento como garantia de preços. Os instrumentos básicos utilizados no PGPM são o EGF- Empréstimo do Governo Federal e AGF- Aquisições do Governo Federal.

O EGF consiste no financiamento à estocagem, que permite ao produtor aguardar uma melhor época para a venda da produção, evitando, assim, o excesso de oferta na época da colheita, o que induziria quedas de preços[...] Por sua vez, as AGF consistem na venda pura e simples da produção ao governo, com o objetivo de garantir o preço mínimo do produto e manter o nível de renda dos produtores. (Gasques, 2003, p.17)

A CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, que em 1991 foi criada através de uma fusão de três empresas públicas, entre elas a CFP e herdou a responsabilidade da aplicação do PGPM no Brasil. Para tal função, a empresa necessitava ter conhecimento da evolução dos preços dos custos de produção dos agricultores “[n]as fases iniciais de correção e preparo do solo até fase inicial de comercialização do produto” (CONAB,2007,p. 4). O IPP fornece as informações restritas aos grupos de insumos requisitados no início do contrato para despesas de custeio de lavoura, mais especificamente na fase inicial do produto.

2.1.2) Participação do IPP nas Contas Nacionais

Além do trabalho específico para CONAB, o Índice de Preços Pagos pelos Agricultores – IPP é utilizado como indexador em outras pesquisas que necessitam ter o conhecimento do comportamento dos preços no setor de insumos agrícolas.

Existem três óticas pelas quais se pode determinar o valor do PIB para determinados períodos de uma economia. Todas elas, na verdade, resultarão no mesmo valor, pois são somente maneiras diferentes para se chegar à mesma quantia, ou seja, se trata de uma identidade:

$$\textit{Ótica do Dispêndio} = \textit{Ótica do Produto} = \textit{Ótica da Renda}$$

A ótica do dispêndio ou despesa trata-se da soma dos valores de todos os bens e serviços produzidos na economia em determinado período², excluindo valores dos insumos utilizados na produção de outros produtos usados no processo até chegar aos bens e serviços finais.³

$$\textit{Produto Agregado} = \textit{Valor Bruto da Produção} - \textit{Consumo Intermediário}$$

Pode-se também, ao invés de considerar somente os bens e serviços finais, estimar o valor adicionado ao final de cada processo na cadeia de produção e depois realizar o somatório, chegando ao mesmo valor acima.

A ótica da renda determina o produto considerando o valor total das remunerações pagas aos fatores de produção, utilizadas no processo.

O IPP é um dos índices utilizados de outras instituições. Por isso, a importância na qualidade dos dados fornecidos ao IBGE para que se faça uma estimativa que retrate a realidade no setor agropecuário. O índice em estudo entra no cálculo do Consumo Intermediário por se tratar de cestas de insumos utilizados na produção agrícola.

Segundo Notas Metodológicas do Setor Agropecuário, disponíveis no site do IBGE⁴, as utilizações do IPP foram simplificadas no Quadro 4. Para cada insumo mencionado na coluna 1 referente a itens que pertencem ao Consumo Intermediário, a coluna 2, retrata o IPP respectivo.

² Valor bruto da produção.

³ Consumo Intermediário.

⁴ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm.

Quadro 4 - Insumos e Respectivos IPP

<u>Insumos</u>	<u>IPP</u>
Aluguel de máquinas	IPP serviços
Serviço de Empreitada	IPP serviços
Transporte	IPP serviços
Álcool	IPP combustíveis
Gasolina	IPP combustíveis
Lenha	IPP combustíveis
Diesel	IPP combustíveis
Bagaço	IPP combustíveis
Carvão Vegetal	IPP combustíveis
GLP	IPP combustíveis
Lubrificantes	IPP combustíveis
Óleo Combustível	IPP combustíveis
Querosene	IPP combustíveis
Resíduos Vegetais	IPP combustíveis
Embalagem	IPP insumos
Outras despesas	IPP insumos

Fonte: IBGE, Notas Metodológicas nº 14

2.2) Estrutura Atual do Cálculo do IPP

Em 1986, a FGV, com apoio da Companhia de Financiamento da Produção – CFP, montou a estrutura do IPP, atualmente utilizada. O índice pode ser disponibilizado de duas maneiras para atender a diferentes interesses. Uma das maneiras é a agregação por País e Estado como indica Quadro 5.

Como se pode ver, as informações foram ampliadas e tornou-se acessível ao público a divulgação do IPP por Estado em novembro de 1998.

A FGV também disponibiliza IPP por grupos de insumos, como mostra o Quadro 6.

A criação da metodologia, em 1986, consistia em determinar os coeficientes técnicos de produção das culturas atendidas pelo PGPM5 e a partir daí, definir as respectivas ponderações. Definida as ponderações, foram selecionados os Estados que possuíam uma significativa representatividade no valor de produção das culturas em questão. Os Estados eleitos foram: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São

Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Quadro 5 - Relação de IPP por País e Estado e Data de início da Série Histórica

IPP por Estado e País	Início da Série Histórica
IPP BRASIL	Junho/86
IPP Rio Grande do Sul	Novembro/98
IPP Paraná	Novembro/98
IPP Santa Catarina	Novembro/98
IPP São Paulo	Novembro/98
IPP Mato Grosso do Sul	Novembro/98
IPP Mato Grosso	Novembro/98
IPP Goiás	Novembro/98
IPP Minas Gerais	Novembro/98
IPP Bahia	Novembro/98
IPP Pernambuco	Novembro/98
IPP Piauí	Novembro/98
IPP Maranhão	Novembro/98
IPP Paraíba	Novembro/98
IPP Rio Grande do Sul	Novembro/98

Fonte: FGV DADOS

Quadro 6 - Relação de IPP por Grupos de Insumos e Data de início da Série Histórica

IPP por Grupos de Insumos	Data de início da Série Histórica
IPP Agrotóxicos	Junho/86
IPP Combustíveis	Junho/86
IPP Fertilizantes	Junho/86
IPP Mão-de-Obra	Junho/86
IPP Sementes	Junho/86
IPP Serviços	Junho/86

Fonte: FGV DADOS

Os grupos de insumos são: Sementes, Fertilizantes, Agrotóxicos, Mão-de-Obra e Serviços. O primeiro grupo considera preços de sementes licenciadas, destacando-se as do tipo híbrido, que tem como característica a produção em larga escala. O segundo, Fertilizantes, utiliza preços das fórmulas NPK, calcário moído, uréia, sulfato de amônio,

entre outros. O IPP Agrotóxicos inclui os defensivos agrícolas importantes, disponíveis na época que foram feitas as últimas alterações. O quarto grupo considera os valores em reais da Mão de Obra usada na zona rural direcionada à agricultura, como diarista e tratoristas e por último; e Serviços que inclui valores pagos por aluguel de tratores.

A base primária de dados utilizada é fornecida por engenheiros agrônomos ou técnicos agrícolas que trabalham no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, pelo Brasil e suas empresas irmãs que realizam o mesmo trabalho. Cada entrevistador deve realizar uma pesquisa nos balcões de venda de seu município e responder um formulário padrão, com os produtos de interesse e estar atento às recomendações de como deve ser preenchido e a periodicidade da pesquisa, ou seja, mensal. Todo quinto dia útil do mês a pesquisa deve ser feita e encaminhada o mais rápido possível para o escritório da FGV no Rio de Janeiro para análise de dados. É importante destacar que a média de preços não leva em consideração o tamanho da propriedade agrícola ou o nível de renda de cada agricultor. O preço é coletado no balcão de venda para compra de uma unidade de cada produto, não levando em consideração descontos pela compra de grandes quantidades, por exemplo.

Não foi definido um tamanho de amostra ótima para a pesquisa e é sempre incentivada a ampliação do número de municípios brasileiros informantes para aumentar a abrangência.

Após a chegada dos questionários, as informações entram no sistema para análise e cálculo do índice. Como a amostra é ampla, as distorções nos preços são muito frequentes, por isso é necessária uma avaliação da qualidade de informações. Para isso, existe um processo chamado de “crítica dos dados”.

Estipulou-se que todos os dados responsáveis pelo aumento no desvio padrão para valores iguais ou maiores do que dois devem ser analisados assim como os preços que apresentarem decréscimos ou acréscimos de 20% em relação ao mês anterior. Se a informação passada se encontra em algum desses casos ou nos dois, o técnico da análise deve entrar em contato com o responsável pela informação e questionar o porquê da distorção. O dado só será aceito se a explicação for consistente.

Um estudo do comportamento do mercado de insumos é importante para explicar fatos que possivelmente o informante não saiba definir com exatidão, mas que estão influenciando na amostra. Portanto, para o técnico da FGV que estima o índice, é

extremamente importante manter-se informado para efetuar o fechamento do índice, para entender e conseguir explicar os motivos dos movimentos dos preços.

Depois de realizar todas as críticas e passar pelo processo de fechamento e análises de dados necessárias, este índice é disponibilizado para os interessados no site da FGV⁶, que além de oferecer dados estatísticos relacionados à agricultura, entre outros assuntos, produzidos não só pela própria instituição como também por outras de renome no país e no mundo. Sem contar, é claro, com a CONAB.

3 – A Proposta de Mudança

A proposta deste trabalho tem como objetivos alterar as ponderações vigentes, modernizar a cesta de produtos coletados e, principalmente, centrar a pesquisa nas grandes produções agrícolas, ou seja, as que efetivamente fazem maior uso do índice de preços ao agricultor.

As informações necessárias para as devidas alterações serão extraídas de pesquisas conceituadas que apontam a realidade vivida no setor, como o Censo Agropecuário 1996 e a Pesquisa Agrícola Municipal - PAM, ambas, publicações do IBGE.

Para que se entenda o que será feito no IPP é necessário que se gaste um espaço para explicar a modernização do IPR, Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores, que atualmente está sendo implementada pela Fundação Getulio Vargas.

3.1) O Novo Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores - IPR

Mesmo tendo conhecimento que ao final de 2007/08, o IBGE disponibilizará o último Censo Agropecuário, foram feitas mudanças já como preparação para alteração das ponderações que serão extraídas do mesmo. O primeiro passo, foi localizar no Censo de 1996 os maiores valores de produção - VP, das culturas agrícolas para cada Estado e Brasil. Logo em seguida, considerou-se para a pesquisa somente as culturas que atingem 95% da produção estadual e com a ajuda da PAM 2005, foi possível determinar quais os 10 municípios mais importantes para cada um dos produtos que

⁶ www.fgvdados.com.br

fazem parte dos 95% da produção de cada cultura em cada Estado. A Tabela 1, mostra os dados retirados do Censo Agropecuário referentes ao Rio de Janeiro.

TABELA 1-- MAIORES PRODUÇÕES AGRÍCOLAS PRODUZIDAS NO RIO DE JANEIRO (2004)

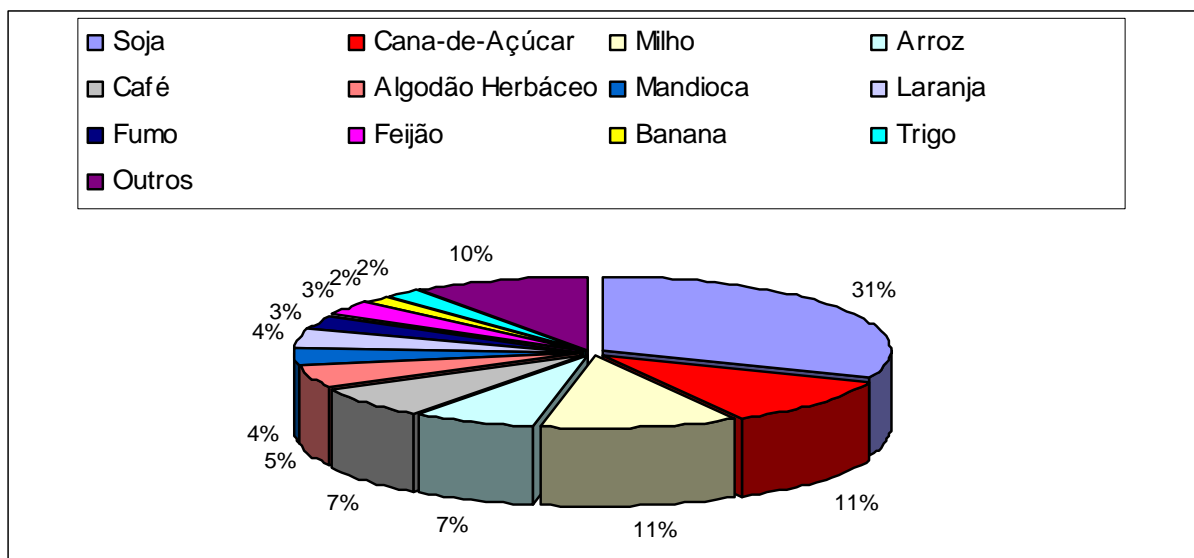
Produtos	Quantidade produzida (t)	Valor de Produção (1.000 R\$)	Valor de Produção (em %)	Valor Acumulado (em %)
Cana-de-açúcar	8.653.494	206.516	28,91	28,91
Tomate	203.228	165.641	23,19	52,11
Banana	160.916	65.143	9,12	61,23
Mandioca	178.094	57.512	8,05	69,28
Café (beneficiado)	15.494	37.642	5,27	74,55
Laranja	69.437	33.477	4,69	79,24
Abacaxi	76.149	33.379	4,67	83,91
Coco-da-baía	67.966	27.421	3,84	87,75
Tangerina	42.237	15.214	2,13	89,88
Maracujá	27.265	14.363	2,01	91,89
Limão	33.479	10.593	1,48	93,37
Milho (em grão)	24.852	8.715	1,22	94,59
Caqui	18.090	7.519	1,05	95,64
Feijão (em grão)	5.352	7.470	1,05	96,69
Arroz (em casca)	11.136	6.535	0,91	97,61
Batata-doce	17.906	5.875	0,82	98,43
Goiaba	9.319	4.308	0,60	99,03
Manga	4.737	2.090	0,29	99,32
Mamão	2.966	1.414	0,20	99,52
Palmito	235	1.189	0,17	99,69
Urucum (semente)	411	779	0,11	99,80
Melancia	1.542	428	0,06	99,86
Abacate	687	382	0,05	99,91
Batata-inglesa	1.010	337	0,05	99,96
Melão	247	199	0,03	99,99
Figo	32	62	0,01	99,99
Pêssego	39	35	0,00	100,00
Borracha (latex coagulado)	5	5	0,00	100,00
Final	9.626.325	714.243	100,00	

Fonte: IBGE (PAM2004)/FGV

As culturas em destaque somam 95% do valor total da produção no Estado e, por isso, só é de interesse da pesquisa questionar os preços dessas culturas.

Para cada Estado foi realizado o mesmo procedimento e foi possível determinar as culturas mais relevantes para o IPR, ou seja, as culturas que apresentaram maiores VP em percentuais no Brasil estão expressas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - As 12 Culturas com Maiores Valores de Produção no Brasil em 2004 (em%)



Fonte: IBGE

Os municípios assim determinados farão parte da nova amostra, reduzindo e centralizando as informações para os mais representativos. Logo, serão desconsiderados, por exemplo, distritos como Volta Redonda ou Magé, que não possuem importância de destaque no Estado em termos de produção agrícola. Assim, será mais fácil controlar quem realmente não pode deixar de responder a pesquisa e não gastar tanto esforço com informações sem apreço econômico.

Os mesmos municípios que responderão a pesquisa do IPR no primeiro momento deverão responder os questionários do IPP. Como grandes produtores não compram relações comerciais do agronegócio foram muito ampliadas desde a última reestruturação e a pesquisa deve acompanhar tais mudanças.

Atualmente poucas empresas são responsáveis pelo fornecimento de insumos agrícolas e, delineando quais deverão ser questionadas, será possível determinar, através das mesmas, os preços médios atuantes em cada Estado e região do país.

3.2) Estrutura de Ponderação do Novo IPP

Após definir as maiores produções em valor para cada Estado, será possível definir quais as culturas que deverão ser estudadas e definir os coeficientes técnicos. Os coeficientes técnicos são os insumos e suas respectivas quantidades utilizadas, que

juntas, resultarão em uma dada produtividade por hectare. Neste ponto, foi possível verificar que não existe um estudo muito detalhado sobre os coeficientes técnicos das culturas em questão. Como não é possível determinar com exatidão os insumos necessários para cada cultura plantada em cada região, pois o Brasil possui território de grande extensão e com diferentes tipos de solo, para cada cultura foi determinado um coeficiente técnico padrão. Serão utilizadas nesta fase as pesquisas disponíveis pela FNP Consultoria & AgroInformativos, uma consultoria que anualmente faz uma pesquisa de campo e publica os coeficientes técnicos das mais diversas culturas. A Tabela 2 expõe o coeficiente técnico da cana-de-açúcar tirado da pesquisa FNP. Através do valor é possível determinar as devidas proporções dos insumos para este produto.

Utilizando os preços e quantidades de insumos definidas na pesquisa da FNP, será possível chegar nas ponderações dos insumos para cada cultura e assim, ter uma média ponderada para semente, fertilizante, agrotóxicos, mão de obra e serviços, referentes às 22 culturas analisadas.

TABELA 2 – COEFICIENTE TÉCNICO DA CANA-DE-AÇÚCAR
PRODUTIVIDADE ESPERADA : 1º CORTE : 120 T/ha.
(EM TONELADAS DE CANA CRUA)

DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	V.U.	FUNDAÇÃO LAVOURA		1º CORTE	
			Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
A - OPERAÇÕES MECANIZADAS						
Amontamento de Terra	HM Tp 125cv 4x4 + terr. 20x26"	51,33	2,8	143,7		
Confecção de Terraços	HM Tp 125cv 4x4 + terr. 20x26"	51,33	0,7	35,9		
Subsolagem	HM Tp 125cv 4x4 + subsolador	42,96	2,0	85,9		
Calagem	HM Tp 65cv 4x2 + distr. Calc. 2,3 m3	23,13	0,3	5,8		
Gradagem Aradora	HM Te 105cv + gr.pe. 24x32"	74,02	1,3	92,5		
Gradagem Niveladora	HM Tp 125cv 4x4 + gr. Niv. 52x20"	48,94	0,6	26,9		
Sulcação/Adubação	HM Tp 125cv 4x4 + sulc/adub. 2 linhas	43,38	1,7	72,0		
carregamento de Mudas	HM terceirizada	87,63	0,2	20,7		
Transporte das Mudas	HM terceirizada por viagem	96,42	0,5	49,2		
Transporte Mão-de-obra/Plantio e Capina	R\$/ km	7,30	12,0	87,6		
Distr.Torta de Filtro	HM Tp 65cv 4x2 + distr. Calc. 2,3 m3	23,13			4,4	101,5
Transporte Int. Insumos	HM Tp 65cv 4x2 + carreta 4t	18,76	0,02	0,4	0,3	5,4
Pulveriz.Herbicida	HM Tp 65cv 4x2 + pulv. Barras	28,01			0,4	10,8
Enleiramento Palha	HM Tp 65cv 4x2 + enleirador	18,04			0,6	11,2
Corte, Carregamento, Transporte(CCT)	R\$/ t	9,44			120,0	1.132,8
Tríplice Operação	HM Tp 65cv 4x2 + impl.	20,09			1,5	29,4
Reboque	HM terceirizada	25,51			1,1	27,0
<i>Subtotal A</i>				621		1.318
B - OPERAÇÕES MANUAIS						
Locação / Terraços	Hora Equipe Topográfica	17,63	1,1	18,7		
Calagem	Homem-dia	20,45	0,2	4,1		
Distribuição Mudas	R\$/ km linear	14,00	7,1	99,4		
Corte em Toletes	R\$/ t	10,25	14,0	143,5		
Repasse	R\$/ hm linear	10,86	7,1	77,6		
Aceiro	Homem-dia	20,45			0,3	5,1
Catação Bituca	Homem-dia	20,45			0,4	8,2
Fiscalização	Homem-dia (25 pessoas)	20,45	-	0,8	-	0,8
Carpa Manual Repasse	Homem-dia	20,45	0,5	10,2	1,0	20,5
Combate Formiga	Homem-dia	20,45	0,5	10,2	0,5	10,2
<i>Subtotal B</i>				365		45
C- INSUMOS						
Calcário	R\$/ tonelada	27,97	3,1	57,3		
Mudas	R\$/ tonelada	10,70	13,6	145,4		
Herbicidas Residuais	R\$/ l	93,00	2,0	186,0		
Herbicida Soqueira	R\$/ l /kg	67,80			2,0	135,6
Fert.Super Simples	R\$/ sc	14,15	0,3	3,5		
Fert. 05.25.25	R\$/ sc	20,80	0,3	5,6		
Fert. 05.30.15	R\$/ sc	17,40	15,0	260,2	8,6	149,3
<i>Subtotal C</i>				658		285
D- ADMINISTRAÇÃO						
Viagens	R\$/ ha.	81,03	1,0	81,0	1,0	81,0
M.O Administrativa	R\$/ ha.	95,82	1,0	95,8	1,0	95,8
Assistência Técnica	R\$/ ha.	20,16	1,0	20,2	1,0	20,2
Contal./ Escritório	R\$/ ha.	5,76	1,0	5,8	1,0	5,8
Luz/ Telefone	R\$/ ha.	24,00	1,0	24,0	1,0	24,0
Conserv. Deprec. Benf.	R\$/ ha.	1,20	1,0	1,2	1,0	1,2
Impostos e Taxas	% Receita	2,3%			1,0	85,0
<i>Subtotal D</i>				228		313
Custo Total (R\$/ ha)				1.871		
Custo Total (R\$/ T)						19,6
Resultado (R\$/ ha/ano)						1.341

V.U. = Valor Unitário em Reais

Tp = Trator de pneus

HM = Hora Máquina

Obs: Os Custos de Produção acima não incluem encargos financeiros sobre o custeio, nem sobre os investimentos.

Fontes : FNP Consultoria / IVAICANA Agropecuária Ltda.

Um problema da FNP é a falta de detalhamento do tipo de insumos. Por exemplo, para se produzir a cultura X, é necessário aplicar inseticida duas vezes em cada safra, porém a pesquisa não especifica qual o inseticida que deverá ser considerado, nesse caso, nem quais os inseticidas mais consumidos ou se esse mesmo inseticida é aplicado em outras culturas. As sugestões de inseticidas, herbicidas e fungicidas específicos podem ser retiradas da pesquisa de coeficiente técnico do Instituto de Economia Agrícola - IEA. Além da FNP, foi analisada a utilização dos coeficientes técnicos de outras instituições como IEA e Embrapa, mas por não oferecerem todas as culturas em questão, optou-se neste trabalho por utilizar somente uma fonte, a FNP, por ser mais ampla. Caso a FGV venha utilizar essa estrutura, será produzida, junto com especialistas, como engenheiros agrônomos, uma estrutura de coeficiente técnico própria mais rigorosa.

Para o caso da soja, por exemplo, com a ajuda do Censo Agropecuário será determinado o valor de produção para cada Estado que o IPR considera como grande produtor, e então se determinam as devidas proporções. Então, o IPP soja no Brasil, ou seja, a evolução dos custos de produção da soja será calculada e os seus produtores passarão a ter uma informação bastante relevante e confiável.

Considerando os preços para Mato Grosso do Sul, a semente da soja terá um preço ponderado que será multiplicado pela proporção da representatividade da soja neste Estado. Analogamente é preciso fazer o mesmo para todas as culturas que foram consideradas e que compõem os 95% do VP do Estado. Assim, é possível determinar o índice do grupo, no caso, somente, para o Estado.

A partir deste momento é utilizada a tabela de Consumo Intermediário de Agricultores e Pecuáristas entre 1995 e 1996, retiradas do Censo Agropecuário de 1996, como expostas no Anexo 1. Como o IPP não avalia as despesas dos pecuaristas e não é possível fazer a distinção entre as duas categorias, foram considerados os valores totais. Como qualquer estatística, é muito difícil determinar os valores exatos das variáveis analisadas, mas, mesmo assim, conseguem aproximar-se da realidade. Somente serão considerados no índice os mesmos grupos de insumos que já são utilizados na estimação do IPP atual, como mostra a Tabela 3, e que são despesas dos agricultores, ou seja, não serão incluídos insumos novos que não façam parte dos custos dos agricultores, como custos com medicamentos de animais.

Assim, como o IBGE disponibiliza o Consumo Intermediário do país, é possível ter os valores para cada unidade da federação. Recalculando as proporções, os valores das ponderações para cada grupo, em cada Estado, serão definidos. Com isso, determinamos o índice para cada Estado e conseqüentemente para o país.

Normalmente, as fazendas não são responsáveis pela produção de uma só cultura, ou seja, não adotam a monocultura. Portanto, como produzem outras coisas ou criam animais, o dispêndio declarado não é específico da cultura.

... no que concerne alocação de parcelas correspondentes ao custo de determinado item que no estabelecimento, é o da parcela do custo da adubação do feijão, quando este é plantado em consórcio com o algodão. A rigor, indagações deste tipo são respondidas por uma hipótese ad hoc: divide-se o custo total igualmente entre as duas lavouras, ou se supõe que o algodão não adubaria o feijão se este fosse lavoura solteira e que, portanto, as despesas com adubação constituem uso exclusivo do algodão. (Monteiro, 1994, p.18)

Tabela 3 – CONSUMO INTERMEDIÁRIO BRASIL

Municípios, Estado e Região	Adubos e Fertilizantes		Sementes e Mudanças		Agrotóxicos		Aluguel de Máquinas e Equipamentos		Combustíveis e Lubrificantes	
	Informantes	Valor	Informantes	Valor	Informantes	Valor	Informantes	Valor	Informantes	Valor
Municípios.....	1 564 726	2 912 633	1 560 424	1 008 345	1 557 768	1 435 469	678 637	314 081	2 130 917	1 600 855
Rondônia.....	3 295	1 868	9 045	2 960	29 037	5 781	3 251	1 824	51 852	11 914
Acre.....	289	139	2 125	602	623	66	293	334	17 548	2 915
Amazonas.....	3 073	1 066	5 967	2 201	4 171	618	412	172	48 498	9 598
Roraima.....	618	2 479	1 019	728	812	516	157	129	5 091	2 538
Pará.....	17 287	10 862	26 489	13 861	13 396	4 115	1 908	2 701	127 349	35 062
Amapá.....	314	1 640	320	587	300	200	10	7	1 258	1 462
Tocantins.....	4 893	9 603	7 928	8 882	3 617	5 521	3 419	6 644	28 263	22 552
Maranhão.....	6 842	13 840	24 246	8 327	28 772	6 326	4 082	4 345	76 159	14 526
Piauí.....	5 182	5 603	19 799	2 141	32 395	2 503	31 419	3 561	53 757	9 230
Ceará.....	28 173	12 793	43 073	3 121	127 447	7 831	49 327	6 250	227 398	26 848
Rio Grande do Norte.....	7 746	17 177	14 470	3 587	38 671	6 677	16 956	3 305	12 351	9 143
Paraíba.....	14 877	10 854	25 419	2 959	69 013	5 294	30 011	3 922	75 622	12 177
Pernambuco.....	40 898	46 965	55 957	7 328	82 603	19 969	51 407	7 050	118 245	24 755
Alagoas.....	29 424	42 548	19 667	4 013	25 688	11 680	12 557	4 582	17 080	19 576
Sergipe.....	43 835	12 601	15 224	2 144	40 933	3 131	19 303	3 859	43 304	6 687
Bahia.....	121 060	126 747	186 406	35 698	153 928	47 678	75 237	16 483	128 621	59 162
Minas Gerais.....	256 384	436 016	223 553	111 098	125 859	144 408	115 568	63 193	176 781	181 491
Espírito Santo.....	47 096	58 656	26 677	11 775	24 378	12 651	9 715	9 285	30 428	24 445
Rio de Janeiro.....	19 928	24 245	15 735	8 178	13 390	10 820	9 073	4 658	12 127	13 638
São Paulo.....	135 540	595 584	87 610	154 358	97 958	352 276	22 318	40 674	119 482	328 732
Paraná.....	222 051	359 847	217 169	185 347	202 277	241 727	67 885	35 611	208 110	176 755
Santa Catarina.....	158 796	152 746	143 796	52 901	135 030	81 815	34 967	11 354	130 168	61 348
Rio Grande do Sul.....	323 790	395 495	314 091	160 517	250 432	202 182	83 523	32 868	293 899	200 284
Mato Grosso do Sul.....	11 750	120 081	15 665	61 604	12 421	65 897	7 955	11 962	28 634	98 968
Mato Grosso.....	8 474	242 556	18 667	87 562	15 144	102 408	6 330	18 737	35 539	123 035
Goiás.....	51 068	196 773	38 538	72 164	28 054	88 356	20 869	19 952	61 742	119 826
Distrito Federal.....	2 043	13 849	1 769	3 703	1 419	5 023	685	619	1 611	4 189

Fonte: IBGE

Neste caso, a segunda hipótese deve ser aplicada, pois a PAM não faz distinção entre produções prioritárias e secundárias nas fazendas. Mesmo tendo conhecimento da área plantada e colhida, não tem como saber qual proporção da produção foi vendida, qual serviu como apoio a uma produção principal ou se esta foi simplesmente serviu para subsistência. Não se tem tal detalhamento para se fazer distinção, por isso, considera-se que toda a produção nacional é resultado da monocultura.

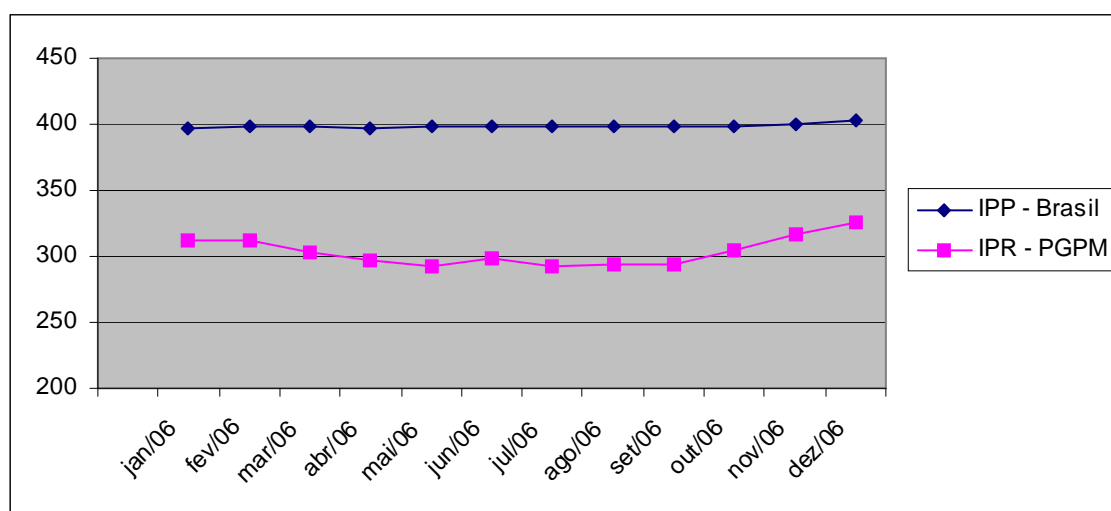
Portanto, haverá um índice para cada cultura, para cada grupo de insumos, cada Estado, cada Região, por fim um índice que agrega todas as informações, por País.

3.3) Estudo de Caso

Uma das vantagens de se adotar tais modificações, é permitir uma avaliação mais precisa do grau de competitividade do setor agrícola brasileiro, utilizando o IPR e o IPP.

O Gráfico 2, mostra a relação do IPR PGPM, (subitem do índice de preços recebidos pelos agricultores que só considera os produtos que pertencem ao Programa do Governo – PGPM) e o IPP, para grupos de insumos como os agrotóxicos, fertilizantes, sementes e serviços. Como já foi mencionado anteriormente, o IPP, como é atualmente calculado, somente considera os custos de produção dos produtos amparados pelo PGPM.

Gráfico 2 – IPR PGPM x IPP BRASIL



Fonte: FGVDADOS

Pode-se, através da relação de troca do IPR PGPM e IPP BRASIL fazer, uma comparação da renda e do custo variável do produtor considerando os mesmos

produtos. O Gráfico mostra que em setembro havia margem de lucro positiva para todos os produtores das culturas do PGPM, enquanto que o índice de preços recebidos apresentou um aumento e os dos custos permaneceram constantes, embora, Gráfico 3, indique uma contradição. Enquanto alguns produtos apresentaram variações positivas no índice, outros permaneceram estáveis, e outros, como o feijão, uma queda.

Mesmo quando se trata de um índice ponderado que agrega outros índices, existe uma ponderação para diferenciar os produtos do grupo. Pode-se ver que enquanto o IPR PGPM apresenta um movimento relativamente constante de abril a setembro de 2006, em abril o IPR feijão apresenta uma queda significativa, diferentemente do comportamento dos outros produtos. Em setembro, o feijão ameaça uma recuperação, mas em outubro cai novamente, enquanto o IPR PGPM cresce acompanhando o movimento do trigo e do milho.

Quem realmente precisa avaliar o comportamento dos preços do feijão, se só dispuser do IPR PGPM para fazer essa avaliação, estaria fazendo uma estimativa viesada, diferente do que o mercado apresenta.

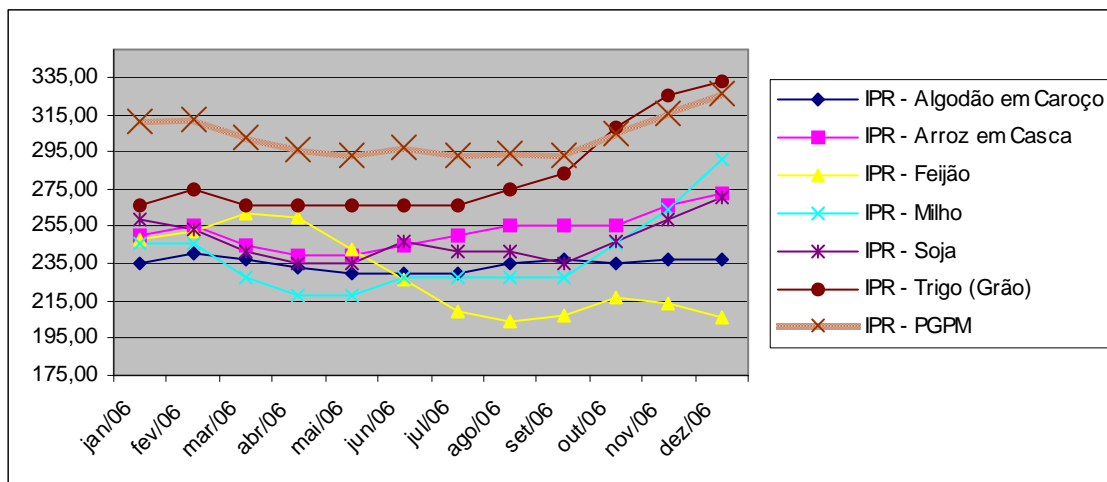
Portanto, quando se calcula um índice que leva em consideração um grupo e não se tem acompanhamento individual dos produtos é possível que a generalização não seja a melhor maneira para fazer um estudo.

O IPP calcula o índice para os produtos que o PGPM considera, ou seja, todas as cestas de insumos para as culturas do algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo. Para uma avaliação mais criteriosa seria interessante calcular o IPP individualmente, para cada cultura e, se houvesse interesse, um cálculo para IPP PGPM assim, como existe no IPR PGPM.

A proposta, então, enfatiza a necessidade de se calcular um índice que indique a evolução dos preços dos insumos utilizados para cada cultura considerada no IPR para que se possa ter uma noção real do grau de competitividade dos agentes econômicos envolvidos no processo.

Para se fazer um estudo da margem de lucro dos produtores de soja, por exemplo, poderia ser utilizado o IPR soja e IPP soja.

Gráfico 3 – IPR Por Cultura Pertencente ao PGPM e IPR PGPM



Fonte: FGV DADOS

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi atingido ao se explicar a utilização de índices de preço na economia e a demonstração da necessidade de se conservar o cálculo deste índice setorial voltado para agricultura.

O Agronegócio vem se tornando nas últimas décadas, um setor que vem buscando constantes melhorias nos processos e indicadores precisos, com forte embasamento teórico, que se fazem cada vez mais necessários. Como cada produção requer insumos e quantidades diversas, o IPP no momento em que amplia o leque de possibilidades de informações específicas ou agregadas se torna um instrumento para atender o mais amplo mercado.

Esta foi simplesmente uma proposta que ainda tem possibilidade de ser ampliada, incluindo novos grupos ou ainda considerando ponderações diversas em períodos de colheita e plantio, mas esta é uma opção de estudo e de aprofundamento para o passo seguinte.

Referências Bibliográficas

- ANTONIK, Luis Roberto. , VEIGA. Daniel Rogério de Carvalho. Taxas de inflação e índices de preços: uma abordagem prática. Curitiba: Unifae. 18p. Disponível em < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/iniciacaoCient%C3%ADfca/iniciacao_10.pdf> Acesso em fev. 2007.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Metodologia de cálculo de custo de produção da CONAB. Brasília, 2004. 21p. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/custosproducaometodologia.pdf>. Acesso em nov. 2006.
- EMBRAPA. Sistema de produção. Disponível em < <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>> Acesso em mai. 2007.
- FEIJÓ. Carmen. Contabilidade Social: Novo sistema de contas nacionais do Brasil.: Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FNP CONSULTORIA E COMERCIO LTDA. Agriannual 2005: anuário da agricultura. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2004. 520p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Preços Agropecuários. Disponível em < <http://www.fgvdados.com.br/>> Acesso em mai. 07.
- GASQUES, José Garcia. et. al. Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura. Texto para Discussão do IPEA, n.952, 33p. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0952.pdf>. Acesso em mar. 2007.
- HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas. 3 ed.rev. São Paulo: Pioneira, 1998. 430p.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Matrizes de coeficientes técnicos de utilização de fatores na produção de culturas anuais no estado de São Paulo. São Paulo, 2000. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=290>>. Acesso em abr. 2007.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Relações de troca na agricultura e o novo ano agrícola. São Paulo, 2006. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3239>> Acesso em mar.2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário : censos econômicos 1996: Brasil. Tabela 13. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_1995_96/Brasil/>. Acesso em jan. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa agrícola municipal 2004. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2004/default.shtm>> Acesso em jan. 2007.

- MONTEIRO, Maria José Cyhlar. et al.: IPEA. Revisão da metodologia de cálculo dos índices setoriais agrícolas: índice de preços pagos pelos produtores rurais (IPP) e índice de preços recebidos pelos produtores rurais (IPR). Brasília, D.F.: IPEA, 1994. 48 p. + anexos.
- PAULANI, Leda. BRAVA, Márcio Bobik. A Nova contabilidade Social. São Paulo: Saraiva, 2001.297p.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Políticas de preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. Texto para Discussão do IPEA, n. 740, 24p. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0740.pdf> Acesso em fev. 2007.

Lista de Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense:

A partir do número 169 os textos estão disponíveis online (<http://www.uff.br/econ/>), no formato PDF.

TD 117	Deflação, depressão e recuperação econômica: uma abordagem keynesiana. <i>João Sicsú & Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 118	Possibilidades de análise da conjuntura mundial <i>Theotônio dos Santos</i>
TD 119	Globalização e mundialização do capital: o estágio atual do capitalismo contemporâneo nas visões de Chesnais e Minsky <i>Victor Hugo Klagsbrunn</i>
TD 120	O Mercado como Teoria da Sociedade: o radicalismo filosófico de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 121	Hayek's Social Philosophy: the evolutionary versus the evolutionist <i>célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 122	Legitimate inequalities: towards a complex-egalitarianism <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 123	Déficit Fiscal no Brasil: uma análise do seu comportamento no período Pós-Real <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 124	A Defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos <i>Angela Ganem</i>
TD 125	Eficiência, objetivo e coordenação da política macroeconômica no período 1974-79 <i>João Sicsú</i>
TD 126	A Utilização de mercados de licenças de emissão para o controle do efeito estufa e os custos de transação <i>Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez & Mário Jorge Cardoso de Mendonça</i>
TD 127	Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil <i>Carlos E. Guanzioli</i>
TD 128	Matemática e aplicações <i>Renata R.Del-Vecchio & Rosa Maria Nader D. Rodrigues</i>
TD 129	O Conceito de normalidade econômica Marshalliano e o discricionarismo monetário de Keynes <i>João Sicsú</i>
TD 130	Qual o valor do Auto-Interesse? <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 131	A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 132	Dilema da Sociedade Salarial: realismo ou ceticismo instrumental <i>Mário Duayer</i>
TD 133	O Desemprego no Feminino <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 134	A Teoria e o Método do Espelho da História <i>Angela Ganem</i>
TD 135	A Mensuração da Independência do Banco do Brasil <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 136	Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 137	Inveja Igualitária <i>Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky</i>
TD 138	Dedutivismo e "Teoria Econômica" <i>André Guimarães Augusto</i>

TD 139	A Economia Política da Privatização <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 140	O Trabalho Feminino no Mundo Rural <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 141	Marx, Sraffa e a "Nova" Solução para o problema da Transformação <i>Marcelo José Braga Nonnenberg</i>
TD 142	Credible Monetary Policy: A Post Keynesian Approach <i>João Sicsú</i>
TD 143	Série de Pagamentos Lineares Convergentes: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 144	Metas de Inflação: Uma análise preliminar para o caso brasileiro <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 145	Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias: Algumas observações críticas preliminares <i>João Sicsú</i>
TD 146	Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: O uso de metas para a taxa de câmbio, agrgados monetários e inflação <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 147	As Atividades de P&D e o Sistema Financeiro: o papel de uma Agência Especial de Seguros de empréstimos no Brasil <i>João Sicsú & Eduardo da Motta Albuquerque</i>
TD 148	Equilíbrio em Contratos Indexados: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 149	Adam Smith e a Questão Distributiva: Uma breve resenha da literatura <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 150	Restrição Externa, Padrões de Especialização e Crescimento Econômico <i>Luiz Daniel Willcox de Souza</i>
TD 151	Do Choque Heterodoxo à Moeda Indexada: concepções teóricas para se eliminar alta inflação crônica brasileira. <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 152	A Inconsistência Temporal, o Viés Inflacionário e a Tese da Independência do Banco Central <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 153	Breve História do Juro: Uma abordagem dissertativa Instrumental de Finanças <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 154	O Dinheiro e as Formas Monetárias <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 155	A Teoria da credibilidade da política monetária: desdobramento do debate regras versus discricção <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 156	Accumulation Regimes, Macroeconomic Structure and Capacity Utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post keynesian models <i>José Luís Oreiro</i>
TD 157	O Seguro Desemprego é ainda uma Boa Idéia: o caso brasileiro <i>Hildete Pereira de Melo & Lena Lavinas</i>
TD 158	A teoria do Capital Humano, as Teorias da Segmentação e a Literatura Institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda <i>Leonardo M. Muls</i>
TD 159	Bolhas Racionais, Ciclo de Preços de Ativos e Racionalidade Limitada: uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de bolhas especulativas <i>José Luís Oreiro</i>
TD 160	A Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas <i>Hélder Ferreira de Mendonça</i>

TD 161	O Federalismo Norte-Americano: a “Era Reagan” e suas consequências <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 162	Moeda Única: teoria e reflexão para o caso do Mercosul <i>Helder Ferreira de Mendonça & Anabel da Silva</i>
TD 163	Plano Real: da âncora monetária à âncora cambial <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 164	Micronegócios Urbanos Numa Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo & Alberto Di Sabbato</i>
TD 165	Acumulação de Capital, Utilização da Capacidade Produtiva e Inflação: Uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano não-linear <i>José Luís Oreiro & Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 166	Testing for Adverse Selection in the Brazilian Health Plan Market <i>Alexey T.S. Wanick & Marcelo Resende</i>
TD 167	Teoria fiscal da determinação do nível de preços: uma resenha <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 168	Faculdade da Economia da UFF – 60 anos de história <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 169	Linha de pobreza: um olhar feminino <i>Hildete Pereira de Mello</i>
TD 170	Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 171	Globalização tecnológica das EMN: efeitos sobre a especialização e convergência de países catch-up na América Latina <i>Ana Urraca Ruiz</i>
TD 172	O PROER no centro de reestruturação bancária brasileira dos anos noventa <i>Carlos Augusto Vidotto</i>
TD 173	Metodologia para a recuperação do PIB trimestral utilizando modelos univariados e multivariados em espaço de estado com valores omissos, benchmarking, variáveis explicativas e heterocedasticidade <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 174	Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004 <i>Lucilene Morandi</i>
TD 175	Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente <i>Ana Czeresnia Costa e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 176	Intra-industry trade with emergent countries: What we can learn from Spanish data? <i>Juliette M. Baleix e Ana I. Moro-Egido</i>
TD 177	Os afazeres domésticos contam <i>Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato</i>
TD 178	Uma breve história da defesa da concorrência <i>Claudio Monteiro Considera</i>
TD 179	Em Direção as Metas de Desenvolvimento do Milênio: uma análise regional <i>Rosane Mendonça</i>
TD 180	Políticas Sociais: focalização ou universalização? <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 181	A Importância de Evidências Econômicas para a Investigação de Cartéis - A Experiência Brasileira <i>Claudio Monteiro Considera e Gustavo F. de Seixas Duarte</i>
TD 182	Federalismo Fiscal – Experiências Distintas: Estados Unidos e Brasil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 183	Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil <i>Ricardo Barros e Rosane Mendonça</i>
TD 184	Progresso e pobreza na Economia Política Clássica <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 185	Padrões de consumo, energia e meio ambiente <i>Claude Cohen</i>

TD 186	Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 187	The Monetary Transmission Mechanism in Brazil: Evidence from a VAR Analysis <i>Viviane Luporini</i>
TD 188	Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 189	Conceitos de sustentabilidade fiscal <i>Viviane Luporini</i>
TD 190	Regulation school and contemporary heterodoxies <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 191	Micro and macro relations in a monetary production economy <i>Carmem Feijó</i>
TD 192	Education and equality: a post-Rawlsian note <i>Celia Lessa Kesrtenetsky</i>
TD 193	Potential growth and structural changes: An analysis of the European case <i>Mario Amendola, Bernhard Böhm, Jean-Luc Gaffard, Lionel Nesta, Lionello F. Punzo, Francesco Saraceno</i>
TD 194	Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira <i>Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 195	Fiscal federalism as a political instrument – distinct experiences: United States of America and Brazil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 196	Atividade Monetária entre 1964 e o Início de 1986 <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 197	Expectativas, Déficit, Senhoriagem e Inflação <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 198	La inversión directa de España en Brasil y América Latina <i>Ángeles Sánchez Díez</i>
TD 199	Exogeneity of Money Supply in Brazil from 1966 to 1985: Full Version <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 200	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 201	Demanda por Moeda, Senhoriagem e Megainflação. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 202	Metodologia para a periodização endógena da taxa de inflação no Brasil e aproximação de seus modelos ARIMA, 1960 a 2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 203	La libertà di scelta nella sfera produttiva: l'impresa capitalistica e l'impresa autogestita. <i>Ernesto Screpanti</i>
TD 204	Notas Sobre a Produtividade Industrial <i>Carmem Aparecida Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho</i>
TD 205	Influência dos Processos Interativos no Desempenho Inovativo de Empresas Inseridas em Aglomerações Produtivas Intensivas em Conhecimento <i>Fabio Stallivieri, Marcelo Matos e Gustavo José Guimarães e Souza</i>
TD 206	Da Estruturação ao Equilíbrio Fiscal: uma análise das finanças públicas estaduais no governo FHC <i>Ana Paula Mawad e Viviane Luporini</i>
TD 207	Desenvolvimento Financeiro e Desigualdade de Renda: evidências para o caso brasileiro <i>Camille Bendahan Bemerguy e Viviane Luporini</i>
TD 208	Instabilidade Internacional e Hegemonia: notas sobre a evolução do Sistema Monetário Internacional <i>Mario Rubens de Mello Neto e Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 209	Apontamentos para uma Teoria da Corrupção: uma visão a partir da Sociologia Econômica <i>Ralph Miguel Zerkowski</i>

TD 210	Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico <i>Carolina Miranda Cavalcante</i>
TD 211	Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório <i>Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques</i>
TD 212	Conteúdo de trabalho feminino no comércio exterior brasileiro <i>Marta dos Reis Castilho</i>
TD 213	Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006 <i>Carlos E. Guanziroli, Marco B. Ortega e Carlos Américo Basco</i>
TD 214	Reputação e Transparência da Autoridade Monetária e Comportamento da Firma Bancária <i>Gabriel Caldas Montes</i>
TD 215	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? <i>Hildete Pereira de Melo e Marta dos Reis Castilho</i>
TD 216	Metodologia de estimação do PIB trimestral utilizando procedimentos de cointegração e filtros de Kalman <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 217	An Approach for Testing Money Supply Exogeneity in Brazil Mixing Kalman Filter and Cointegration Procedures <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 218	Avaliação do Impacto da Alfabetização de Adultos sobre o Desenvolvimento Humano: Uma análise com dados secundários <i>João Pedro Azevedo, Gabriel Ulyssea, Rosane Mendonça e Samuel Franco</i>
TD 219	Impacto da Discriminação e segmentação do mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 220	A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 221	Efeitos da saúde na idade de entrada à escola <i>Danielle Carusi Machado</i>
TD 222	O papel do instituto da patente no desempenho da indústria farmacêutica <i>Samuel de Abreu Pessôa, Claudio Monteiro Considera e Mário Ramos Ribeiro</i>
TD 223	Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro <i>Larissa Santos e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 224	Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?) <i>Ricardo Barros et al.</i>
TD 225	Gastos públicos: investimentos em infra-estrutura no período pós-privatização <i>Artur Faria dos Reis</i>
TD 226	Legislação trabalhista agrícola e pobreza no Brasil: uma abordagem de custos de transação <i>Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter</i>
TD 227	Estimation of Brazilian Quartely GDP with cointegration methods and benchmarking processes by state space model <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 228	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - uma sinopse <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 229	Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ <i>Carlos Pinkusfeld Bastos e Mario Rubens de Mello Neto</i>
TD 230	Economia Popular, Desenvolvimento Local e Cooperação: o caso da ENDA Brasil. <i>Hildete Pereira de Melo e Sônia Maria de Carvalho</i>

TD 231	A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. <i>Hildete Pereira de Melo e Leonardo Siqueira Vasconcelos</i>
TD 232	A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC <i>Ana Claudia Caputo e Hildete Pereira de Melo</i>
TD 233	Desenvolvimento Territorial rural no Brasil: uma polêmica <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 234	Parametric Bootstrap for Unit Root Testing - Brazilian Evidence <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 235	Um Aspecto da Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais <i>Danielle Carusi Machado e Ana Flávia Machado</i>
TD 236	Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do SAEB <i>Roberta Loboda Biondi e Fabiana de Felicio</i>
TD 237	Comportamento do mark up na indústria brasileira nos anos 1990: evidências empíricas <i>Carmem Aparecida Feijó e Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 238	A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família. <i>Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 239	Sustainable tourism: basic income for poor communities. <i>Celia Lessa Kerstenetzky e Lionello F. Punzo</i>
TD 240	Development and Redistribution: The Case of the Bolsa Familia Program in Brazil. <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 241	Ajustamento nos Mercados de Fatores, Raiz Unitária e Histerese na Economia Americana <i>Julia de Medeiros Braga</i>
TD 242	Microcrédito: por que os bancos privados não bancam? <i>Vinícius Pimentel e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 243	O Impacto da Renda Domiciliar Per Capita sobre a Saúde Infantil no Brasil <i>Maurício Reis e Anna Crespo</i>
TD 244	Sobre as utilidades do Cadastro Único <i>Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Rosane Mendonça</i>
TD 245	Crescimento Econômico num Modelo Micro-Macrodinâmico de Simulação <i>Mario L. Possas e Esther Dweck</i>
TD 246	Proposta de Mudanças na Estrutura do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores. <i>Fernanda Ribeiro Amorim e Lucilene Morandi</i>

